



COLONIALIDADE, GÊNERO E RAÇA: MULHERES NEGRAS NA CONSTRUÇÃO DE SABERES OUTROS

Stefanny Martins Lopes de Araújo¹

Universidade do Estado da Bahia (UNEB/PPGEDuF)

Dinalva de Jesus Santana Macêdo²

Universidade do Estado da Bahia (UNEB/PPGEDu)

Heldina Pereira Pinto³

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação

¹ Mestranda em Educação e Formação Docente pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB/PPGEDuF), na linha de pesquisa Currículo e Formação Docente. Pós-graduada em Docência na Educação Infantil pelo Programa de Pós-Graduação em Docência na Educação Infantil (PGDEI) da UNEB/DEDC XII. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia. Pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa Educação das Relações Étnico-Raciais, Currículo e Decolonialidade. E-mail: stefannyaraujo7@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8168-6686>

² Doutora e Mestra em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Pós-Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). É professora titular da UNEB e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Docente (PPGEDu/UNEB), do qual é vice-coordenadora desde 2024. É líder do Grupo de Pesquisa Educação das Relações Étnico-Raciais, Currículo e Decolonialidade e coordenadora do Grupo de Estudos Educação e Relações Étnico-Raciais: saberes e práticas afro-brasileiras e quilombolas do Território de Identidade do Sertão Produtivo. É membro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), atuando como parecerista ad hoc do GT 21 – Educação e Relações Étnico-Raciais. Desenvolve pesquisas nas áreas de educação, currículo, relações étnico-raciais, diversidade cultural, interculturalidade crítica, decolonialidade, pedagogias decoloniais, quilombos, racismo, ações afirmativas, educação escolar quilombola e formação docente decolonial. E-mail: dinalvasantanamacedo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8702-5048>.

³ Professora titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação – DEDC I, Campus I, e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Docente (PPGEDuF/UNEB), DEDC XII. Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutora e Mestra em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com especialização em Metodologia do Ensino Superior pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e graduação em Pedagogia pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Possui experiência na área de Educação, com ênfase em currículo, formação de professores, educação e cultura afro-brasileira, educação em direitos humanos e relações entre saberes globais e locais. Integra grupos de pesquisa da UNEB e da UESB, com atuação em estudos sobre currículo, educação, direitos humanos, interculturalidade e relações étnico-raciais. E-mail: heldinapinto@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8393-3700>.



Resumo: Este texto discute a atuação das mulheres negras na construção de epistemologias produzidas a partir das margens sociais e históricas. Fundamentado nos feminismos negros e nas perspectivas decoloniais, analisa como a colonialidade do poder, do saber e do ser estruturou desigualdades de raça, gênero e classe. Aborda ainda a colonialidade de gênero e a interseccionalidade como ferramentas para compreender as opressões que atravessam as experiências das mulheres negras. Destaca-se a crítica ao feminismo hegemônico e a contribuição de intelectuais negras brasileiras na produção de saberes e práticas de resistência. Conclui-se que o feminismo negro se configura como um projeto político e epistemológico comprometido com a transformação social e com a valorização dos saberes produzidos por mulheres negras.

Palavras-Chave: Colonialidade; Decolonialidade; Feminismo; Mulheres negras.

COLONIALITY, GENDER AND RACE: BLACK WOMEN IN THE CONSTRUCTION OF OTHER KNOWLEDGES

Abstract: This text discusses the role of Black women in the construction of epistemologies produced from social and historical margins. Grounded in Black feminist thought and decolonial perspectives, it analyzes how the coloniality of power, knowledge, and being has structured inequalities of race, gender, and class. It also addresses the coloniality of gender and intersectionality as analytical tools for understanding the multiple forms of oppression that shape the experiences of Black women. Furthermore, the text highlights the critique of hegemonic feminism and emphasizes the contributions of Brazilian Black intellectuals to the production of knowledge and practices of resistance. It concludes that Black feminism constitutes a political and epistemological project committed to social transformation and to the recognition and valorization of knowledge produced by Black women.

Keywords: Coloniality; Decoloniality; Feminism; Black women.

COLONIALIDAD, GÉNERO Y RAZA: MUJERES NEGRAS EN LA CONSTRUCCIÓN DE OTROS SABERES

Resumen: Este texto discute la actuación de las mujeres negras en la construcción de epistemologías producidas desde los márgenes sociales e históricos. Fundamentado en los feminismos negros y en las perspectivas decoloniales, analiza cómo la colonialidad del poder, del saber y del ser ha estructurado desigualdades de raza, género y clase. Asimismo, aborda la colonialidad de género y la interseccionalidad como herramientas analíticas



fundamentais para compreender las múltiples opresiones que atraviesan las experiencias de las mujeres negras. Se destaca, además, la crítica al feminismo hegemónico y la contribución de intelectuales negras brasileñas en la producción de saberes y prácticas de resistencia. Finalmente, se concluye que el feminismo negro se configura como un proyecto político y epistemológico comprometido con la transformación social y con la valorización de los conocimientos producidos por mujeres negras.

Palabras clave: Colonialidad; Decolonialidad; Feminismo; Mujeres negras.

COLONIALITÉ, GENRE ET RACE: LES FEMMES NOIRES DANS LA CONSTRUCTION D'AUTRES SAVOIRS

Résumé: Ce texte examine l'action des femmes noires dans la construction d'épistémologies produites à partir des marges sociales et historiques. S'inscrivant dans le champ des féminismes noirs et des perspectives décoloniales, il analyse de quelle manière la colonialité du pouvoir, du savoir et de l'être a contribué à structurer les inégalités de race, de genre et de classe. L'étude aborde également les notions de colonialité du genre et d'intersectionnalité comme des outils analytiques essentiels pour comprendre les multiples formes d'oppression qui traversent les expériences des femmes noires. Dans cette perspective, une attention particulière est accordée à la critique adressée au féminisme hégémonique, tout en mettant en lumière la contribution d'intellectuelles noires brésiliennes à la production de savoirs et de pratiques de résistance. En conclusion, il apparaît que le féminisme noir se configure comme un projet à la fois politique et épistémologique, engagé dans la transformation sociale et dans la valorisation des savoirs produits par les femmes noires.

Mots-clés: Colonialité; Décolonialité; Féminisme; Femmes noires.⁴

INTRODUÇÃO

As epistemologias produzidas por mulheres negras tornam visíveis estratégias de resistência e modos de sobrevivência historicamente construídos, além de orientar a elaboração de novas formas de se relacionar, comunicar e agir eticamente no mundo. Nessa perspectiva, o presente estudo dialoga com o que Patricia Hill Collins (2016) define como epistemologia feminista negra, compreendida como um instrumento teórico-político que



evidencia os silenciamentos produzidos pela ciência moderna colonial, a qual historicamente negligenciou múltiplas vozes, especialmente as das mulheres negras em seus processos de luta, resistência e organização coletiva.

Ao longo da história, as mulheres negras da diáspora têm buscado afirmar-se como sujeitos políticos por meio da produção de discursos contra-hegemônicos, da organização em movimentos sociais – como o movimento negro, o feminismo negro, os coletivos quilombolas, as organizações antirracistas, os movimentos por direitos civis e as articulações LGBTQIAPN+ negras – e do enfrentamento de estruturas de dominação que ultrapassam o patriarcado, articulando-se com desigualdades relacionadas ao gênero, à raça, à classe e à sexualidade. Essas opressões possuem raízes históricas no processo colonial e, na contemporaneidade, reconfiguram-se de maneira complexa, reforçando desigualdades em articulação com as dinâmicas do sistema capitalista.

O objetivo deste trabalho é destacar a atuação das mulheres negras na construção de epistemologias outras produzidas a partir das margens sociais e históricas. Nesse sentido, a questão que orienta este estudo é: como o feminismo negro pode ser concebido como um projeto político e epistemológico capaz de promover transformações sociais a partir dos saberes produzidos por mulheres negras no contexto brasileiro?

Trata-se de um ensaio teórico fundamentado nas contribuições dos feminismos negros e das perspectivas decoloniais, desenvolvido a partir de leituras críticas e de processos formativos realizados no âmbito do componente curricular Relações Étnico-Raciais e Formação Docente, do Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Docente (PPGEDuF), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus XII, que inspiraram



reflexões sobre saberes, resistências e práticas emancipatórias construídas por mulheres negras.

Neste ensaio, focalizamos as mulheres negras a partir do compromisso de pensar proposições teóricas e práticas de resistência desde o contexto brasileiro. Para isso, recorreremos aos estudos dos feminismos negros, especialmente à tradição norte-americana das margens, representada por Patricia Hill Collins (2016), bem como às contribuições latino-americanas de María Lugones (2008; 2014), no campo do feminismo decolonial. No Brasil, a luta das mulheres negras tem ampliado sua visibilidade, impulsionando espaços de ação política e reflexão acadêmica sobre o feminismo negro, com destaque para Núbia Regina Moreira (2007), Lélia Gonzalez (2020), Sueli Carneiro (2003; 2005), Ângela Figueiredo (2020), Nilma Lino Gomes (2017) e Djamila Ribeiro (2017).

Partimos do entendimento de que o feminismo hegemônico tem se mostrado insuficiente para reconhecer plenamente os saberes produzidos pelas mulheres negras, bem como as diferenças e desigualdades existentes entre as próprias mulheres. Tal constatação demanda análises que considerem, de forma articulada, múltiplos marcadores sociais, como raça, classe e sexualidade, que estruturam as desigualdades vivenciadas pelas mulheres negras. Nesse contexto, a categoria da interseccionalidade, termo cunhado por Kimberlé Crenshaw (2002), apresenta-se como uma ferramenta teórica relevante e analiticamente fecunda para a compreensão dessas complexas relações de desigualdade, permitindo analisar como diferentes sistemas de opressão operam ao posicionar distintos grupos de mulheres negras, como mulheres pobres e lésbicas, nas margens do acesso a direitos fundamentais.



O texto está organizado em três tópicos. O primeiro analisa a dinâmica da modernidade/colonialidade como estrutura histórica responsável por produzir e reproduzir desigualdades que atravessam as dimensões de raça, gênero, classe e sexualidade, destacando as categorias de colonialidade do poder, do saber e do ser. O segundo tópico discute a colonialidade de gênero, a partir das contribuições dos feminismos decoloniais e da noção de interseccionalidade, problematizando a universalização da categoria “mulher” e evidenciando como raça, classe e sexualidade atravessam as experiências das mulheres. Por fim, o terceiro tópico aborda o feminismo negro brasileiro, enfatizando a atuação histórica e política das mulheres negras na crítica ao feminismo hegemônico e na construção de epistemologias e práticas de resistência comprometidas com a transformação social.

Ao articular esses três eixos, o estudo busca não apenas sistematizar debates já consolidados, mas contribuir para o aprofundamento das interlocuções entre feminismo negro brasileiro, pensamento decolonial e interseccionalidade, evidenciando como essas perspectivas, quando analisadas de forma integrada, ampliam a compreensão das múltiplas formas de opressão e resistência vivenciadas por mulheres negras na diáspora. Sua contribuição reside, portanto, na construção de uma leitura crítica que fortalece o campo teórico-político de uma epistemologia feminista negra decolonial, reafirmando a centralidade dos saberes, experiências e práticas políticas de mulheres negras como fundamentais para a produção de narrativas insurgentes e para a transformação das estruturas sociais historicamente coloniais.



COLONIALIDADE, MODERNIDADE E DECOLONIALIDADE

Com a invasão européia das Américas, instaurou-se não apenas a dominação territorial, política e econômica, mas também um processo profundo de colonização dos saberes, das linguagens, das memórias e das formas de existência. A modernidade ocidental consolidou-se, assim, por meio da imposição de uma lógica eurocêntrica que posicionou a Europa como “centro” universal de produção de conhecimento, humanidade e civilização, relegando povos colonizados à condição de inferioridade racial, cultural e epistêmica (LANDER, 2005). Essa estrutura não impactou de maneira homogênea todos os sujeitos. As mulheres negras foram particularmente posicionadas em lugares de subalternização, tendo seus corpos, conhecimentos e experiências historicamente silenciados por uma matriz colonial que articula raça, gênero e classe.

As perspectivas decoloniais evidenciam que, mesmo após o fim formal do colonialismo, a colonialidade permanece operando como lógica estruturante das relações sociais, sustentando desigualdades por meio da colonialidade do poder, do saber e do ser (LANDER, 2005). Nesse contexto, as experiências das mulheres negras revelam como tais dimensões atuam simultaneamente: a colonialidade do poder racializa e hierarquiza suas posições sociais; a colonialidade do saber deslegitima suas produções intelectuais e formas próprias de conhecimento; e a colonialidade do ser nega sua plena humanidade, produzindo processos de desumanização e apagamento histórico. Dessa forma, compreender a condição das mulheres negras exige reconhecer que sua marginalização não é apenas econômica ou social, mas também epistemológica e ontológica.



O pensamento decolonial tem evidenciado que, embora o colonialismo tenha formalmente chegado ao fim na maior parte dos países latino-americanos, as estruturas de poder instituídas durante esse processo permanecem atuando por meio da colonialidade. Nesse sentido, a colonialidade constitui a face oculta da modernidade, revelando que os ideais modernos de progresso, civilização, racionalidade e desenvolvimento foram historicamente construídos em estreita articulação com processos de exploração, dominação e hierarquização racial dos povos colonizados. A partir da década de 1990, intelectuais vinculados ao Grupo Modernidade/Colonialidade, como Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Arturo Escobar, Edgardo Lander e Fernando Coronil, passaram a sistematizar o chamado “giro decolonial”, propondo uma revisão crítica das epistemologias modernas e defendendo a valorização de conhecimentos produzidos a partir das experiências históricas e dos lugares de enunciação dos sujeitos subalternizados.

Nesse movimento, esses autores revisitam a formação histórica da América Latina para evidenciar a constituição de uma matriz colonial de poder estabelecida desde o século XVI, marcada pela classificação racial das populações e pela articulação entre colonialismo, capitalismo e eurocentrismo. A crítica decolonial demonstra que a modernidade europeia não pode ser compreendida como um processo autônomo de desenvolvimento, uma vez que sua consolidação esteve diretamente vinculada à colonização das Américas, da África e de outros territórios submetidos ao domínio europeu. Desse modo, a colonialidade emerge como um padrão duradouro de poder que organiza relações sociais, econômicas, culturais e epistêmicas mesmo após o fim das administrações coloniais.



Tal debate também dialoga com tradições intelectuais anticoloniais anteriores, presentes nas obras de pensadores e pensadoras como Frantz Fanon, Aimé Césaire, Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento, Beatriz Nascimento e Alberto Guerreiro Ramos, cujas reflexões contribuíram para denunciar os impactos da modernidade/colonialidade sobre os povos racializados e para afirmar formas alternativas de existência, resistência e produção de conhecimento.

As primeiras articulações do Grupo Modernidade/Colonialidade ocorreram no final da década de 1990, por meio de encontros acadêmicos, seminários e publicações que reuniram esses intelectuais e possibilitaram a consolidação do coletivo. Um dos marcos desse processo foi a publicação da obra *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*, organizada por Edgardo Lander (2000). A partir dessas discussões, o grupo ampliou suas redes de diálogo e produção intelectual, passando a contar também com pesquisadores como Ramón Grosfoguel, Agustín Lao-Montes, Immanuel Wallerstein, Santiago Castro-Gómez, Oscar Guardiola-Rivera e Zulma Palermo, que contribuíram para o aprofundamento das reflexões sobre modernidade, colonialidade e perspectivas decoloniais (BALLESTRIN, 2013).

Colonialismo e colonialidade são conceitos interligados, mas apresentam diferenças importantes. O colonialismo refere-se a uma relação de poder político e econômico em que “[...] a soberania de um povo reside no poder de outro povo ou nação, que a constitui como império” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 127). As estruturas coloniais não se limitaram a imposições políticas e econômicas; elas se sustentaram também pelo uso da força e do poder militar, visando à dominação de territórios, ao controle de recursos naturais, da mão de obra e dos produtos. Paralelamente, operaram mecanismos que moldavam mentalidades de inferioridade, submissão e



subalternidade. Em síntese, o colonialismo pode ser compreendido como um processo de dominação.

Para as mulheres negras, esse processo assumiu contornos ainda mais profundos, uma vez que seus corpos foram historicamente objetificados, sexualizados e instrumentalizados, enquanto seus saberes, práticas culturais e formas próprias de produzir conhecimento foram sistematicamente deslegitimados (COLLINS, 2016; GONZALEZ, 2020). Nesse contexto, a colonialidade configura-se como a permanência e atualização dessas estruturas de dominação, constituindo um padrão de poder que emergiu do colonialismo e que continua a operar na organização do trabalho, na produção de conhecimento, na autoridade e nas relações sociais, todas interligadas pelo mercado capitalista global e mediadas por categorias como raça, gênero e classe (QUIJANO, 2005). Desse modo, a colonialidade mantém-se presente no saber, na cultura, nos materiais didáticos, na literatura, na percepção de si, nos comportamentos, crenças e nas relações de trabalho, entre outras dimensões da vida, perpetuando os efeitos históricos da condição colonial (MALDONADO-TORRES, 2007; LUGONES, 2014).

A colonialidade configura-se como uma dimensão inseparável e constitutiva dos discursos da modernidade, indicando que esta última não poderia existir sem a presença da primeira. O grupo Modernidade/Colonialidade também propõe a análise da colonialidade do poder, do saber e do ser como categorias analíticas capazes de “[...] ajudar a diferenciar a modernidade de outros projetos civilizatórios e a explicar os caminhos pelos quais a colonialidade organiza múltiplas camadas de desumanização dentro da modernidade/colonialidade” (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 42).



A colonialidade do poder manifesta-se como uma realidade estruturante do sistema-mundo colonial/moderno, que se originou e se expandiu globalmente a partir da América. O conceito, desenvolvido por Aníbal Quijano (2005), fundamenta-se na imposição de uma classificação racial e étnica da população mundial, criada com o objetivo de legitimar relações de dominação resultantes da colonização. Essa hierarquização racial foi determinante para o enriquecimento das metrópoles e para o desenvolvimento do capitalismo moderno.

A raça, por sua vez, é uma categoria socialmente construída e reinventada na modernidade, utilizada como instrumento de dominação e exclusão. Embora não possua fundamento biológico ou científico, a ideia de raça legitimou práticas de exploração e opressão, produzindo efeitos concretos tanto materiais quanto subjetivos sobre indivíduos considerados racialmente inferiores. Historicamente, essa construção estabeleceu a dicotomia entre o branco/europeu representado como racional, civilizado, humano e superior, e os povos racializados do Sul Global, marcados como subalternos, não civilizados, não humanos e inferiores. De acordo com Almeida (2018, p. 19):

[...] raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contigência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas.

De forma concomitante, a colonialidade do saber refere-se à não valorização e legitimação de formas de conhecimento que não sejam de origem europeia, implicando na desqualificação de outros saberes, como os dos “[...] povos indígenas e africanos, reduzindo-os, por sua vez, à categoria de primitivos e irracionais, pois pertencem a ‘outra raça’ (CANDAU, 2010, p. 20).



Essa dimensão da colonialidade manifesta-se como um genocídio epistêmico, já que a ciência moderna, ao buscar manter sua hegemonia, desconsidera e sobrepõe-se a outras epistemologias e modos de produção do conhecimento. Dessa forma, a colonialidade do saber assume o eurocentrismo como perspectiva dominante. Como afirma Quijano (2005, p. 126), “[...] a elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado”.

Sueli Carneiro (2005) também aborda essas questões por meio do conceito de epistemicídio, situando-o no contexto do racismo brasileiro. Para ela, trata-se de um processo que vai além da simples anulação e desqualificação dos saberes dos povos subalternos, configurando-se, conforme enfatiza, como um mecanismo estruturante de dominação.

[...] processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc (CARNEIRO, 2005, p. 97).

A diferença colonial epistêmica está intimamente relacionada ao universalismo, ao sexismo e ao racismo. Dentro do grupo Modernidade/Colonialidade, o debate sobre a colonialidade do saber é recorrente e se conecta diretamente ao conceito de diferença colonial e à geopolítica do conhecimento, conforme desenvolvido por Mignolo (2020).



Candau (2010, p. 17) destaca que “[...] graças à colonialidade, a Europa pode produzir as ciências humanas como modelo único, universal e objetivo na produção de conhecimentos, além de deserdar todas as epistemologias da periferia do ocidente”. Dessa forma, a ciência ocidental se consolidou desqualificando e invisibilizando outras formas de conhecimento, mantendo-se como a referência universal de verdade. Esse poder se sustenta no controle do saber, que serve de base para a dominação política, econômica, cultural e social. Para isso, foram criados mecanismos estratégicos que ocultaram os saberes produzidos pelos povos colonizados.

No entanto, essa desqualificação revela uma contradição, pois as culturas e ciências negras e indígenas foram amplamente apropriadas pelos colonizadores na construção da sociedade brasileira. A intelectual e militante Lélia Gonzalez (2020, p. 54) observa que, para além da exploração material, a presença negra marcou profundamente o modo de ser e a linguagem no Brasil: “[...] coube à mãe preta, enquanto sujeito do suposto saber, a africanização do português falado no Brasil (o ‘pretuguês’, como dizem os africanos lusófonos) e, conseqüentemente, a própria africanização da cultura brasileira”.

De acordo com Candau (2010), é no conceito de colonialidade do ser que se evidencia de forma mais contundente a força dos conceitos anteriormente discutidos. A colonialidade do ser remete às reflexões de Frantz Fanon, autor negro, psiquiatra e revolucionário, que em obras como *Os Condenados da Terra* e *Pele Negra, Máscaras Brancas* examina os efeitos devastadores da colonização sobre a saúde mental dos colonizados, vivenciados por ele de maneira direta e pessoal.

Para Fanon (2005, p. 212), o colonialismo vai além da simples exploração econômica e da apropriação de recursos naturais de um território com mão de obra local; trata-se principalmente da “[...] negação sistematizada



do outro, uma decisão furiosa de recusar ao outro qualquer atributo de humanidade, o colonialismo compele o povo dominado a se interrogar constantemente: Quem sou eu na realidade?”. Isso evidencia que as estruturas sociais coloniais são concebidas a partir da perspectiva do colonizador, de seus valores e da brancura que ele representa.

Esses valores, ao serem interiorizados pelo colonizado, passam a moldar sua subjetividade, construindo uma lógica de inferioridade racial, submissão econômica, linguística e cultural. Como consequência, o colonizado tende a valorizar e se reconhecer nos traços e na cultura do colonizador, perpetuando relações de dominação internalizadas.

No contexto brasileiro, os estudos sobre branqueamento e branquitude evidenciam como a colonialidade do ser permanece operando no imaginário social e nas dinâmicas de subjetivação racial, impactando de maneira profunda a população negra (BENTO, 2002; SCHUCMAN, 2012). Mais do que um processo exclusivamente individual, o branqueamento constitui uma lógica e estrutural que associa prestígio, humanidade, racionalidade e mobilidade social à proximidade com padrões brancos, produzindo pressões sociais, culturais e simbólicas para a adequação a normas racializadas de pertencimento.

Nesse cenário, sujeitos negros em processos de ascensão social podem vivenciar tensões relacionadas à negociação de identidade, pertencimento e reconhecimento em instituições marcadas pela hegemonia branca, sem que isso implique, de forma homogênea, negação da negritude (SCHUCMAN, 2012). Conforme problematizam os estudos sobre branquitude, tais mecanismos operam como estratégias sofisticadas da modernidade/colonialidade, ao deslocarem ou fragmentarem consciências coletivas sobre o racismo estrutural e suas permanências. Assim, o branqueamento não se reduz à dimensão estética, mas atua como tecnologia de poder que regula subjetividades, lugares



sociais e possibilidades de reconhecimento, reafirmando hierarquias raciais mesmo diante de conquistas educacionais, econômicas ou profissionais.

A colonialidade do ser, portanto, pode ser compreendida como a negação da existência, a invisibilização de uma cultura, a perda da capacidade de autodeterminação e uma forma de violência epistêmica, cuja superação exige uma transformação profunda das estruturas sociais (CARNEIRO, 2005). No Brasil, os movimentos negros têm desempenhado um papel central nessa luta. A pesquisadora e ativista Nilma Lino Gomes (2017, p. 15) observa que esses movimentos atuam como educadores da sociedade no enfrentamento ao racismo, destacando “[...] a trajetória de luta do Movimento Negro Brasileiro e a produção engajada da intelectualidade negra como integrantes do pensamento que se coloca contra os processos de colonização incrustados na América Latina e no mundo”.

COLONIALIDADE DE GÊNERO, FEMINISMOS DECOLONIAIS E INTERSECCIONALIDADE

Além das três dimensões da colonialidade previamente discutidas, a pesquisadora argentina María Lugones (2008) propõe uma reflexão centrada na categoria gênero, criticando a pouca atenção conferida a essa dimensão nas formulações teóricas do Grupo Modernidade/Colonialidade. Ao examinar a diferença colonial em suas dimensões materiais, econômicas, políticas e culturais, especialmente a partir da colonialidade do poder, Lugones desenvolve o conceito de “sistema moderno/colonial de gênero”. A autora evidencia que as experiências das mulheres colonizadas foram historicamente analisadas de forma limitada, com insuficiente consideração das articulações entre raça, gênero e classe.



Sua perspectiva fundamenta-se nas contribuições das feministas negras afro-americanas, especialmente na crítica às abordagens universalizantes sobre a condição feminina. Contudo, embora compartilhe preocupações presentes na interseccionalidade e no feminismo negro, a colonialidade de gênero proposta por Lugones desloca o foco analítico para a constituição histórica dessas hierarquias. Enquanto a interseccionalidade busca compreender como diferentes sistemas de opressão se articulam na produção das desigualdades sociais, a colonialidade de gênero investiga como a própria classificação racial e de gênero foi produzida e naturalizada pelo projeto moderno-colonial. Dessa forma, Lugones (2008) demonstra que raça, gênero e classe não operam como categorias independentes que posteriormente se cruzam, mas foram constituídas de maneira articulada no processo de colonização, produzindo formas específicas de racialização, subalternização e desumanização das mulheres colonizadas.

Nesse sentido, María Lugones (2008) dirige críticas à formulação teórica de Aníbal Quijano no que se refere à compreensão de gênero. Segundo a autora, o pensamento de Quijano apresenta uma abordagem limitada dessa categoria ao tratá-la de forma generalizante e universalizante, ancorada em pressupostos eurocêntricos, capitalistas e globalizantes. Nessa perspectiva, pressupõe-se a existência de um patriarcado universal, reproduzido sob uma lógica heteronormativa, além da redução do conceito de gênero às diferenças biológicas entre homens e mulheres.

Ao problematizar essa perspectiva, Lugones (2008) evidencia que a colonialidade não organizou apenas hierarquias raciais e econômicas, mas também produziu um sistema moderno/colonial de gênero que reconfigurou profundamente as experiências de mulheres racializadas. No contexto brasileiro, essa crítica é fundamental para compreender como mulheres negras



foram historicamente posicionadas em condições específicas de subalternização, marcadas simultaneamente pela racialização, pela exploração econômica, pela sexualização de seus corpos e pela deslegitimação de seus saberes. Assim, a colonialidade de gênero permite analisar de forma mais precisa como raça, gênero e classe operam de maneira articulada na produção das desigualdades que atravessam as trajetórias de mulheres negras, evidenciando que suas experiências não podem ser explicadas por categorias universalizantes desconectadas das heranças coloniais.

A autora também problematiza as proposições teóricas e as práticas políticas do feminismo hegemônico, caracterizado como tradicional, civilizatório e universalizante, por restringir-se a uma única perspectiva do que significa ser mulher, centrada na experiência de mulheres brancas ocidentais. Lugones (2008, p. 78) denomina de “sistema moderno/colonial de gênero” a estrutura epistêmica feminista atravessada pela colonialidade do poder, que desvaloriza ou invisibiliza violentamente as mulheres colonizadas. Nesse sistema, a raça aparece como uma categoria estruturante tão fundamental quanto o gênero, contribuindo para explicar a subordinação histórica e social de mulheres negras e indígenas na América Latina, particularmente no contexto brasileiro.

O feminismo negro se apresenta, nesse contexto, como um pensamento crítico e insurgente dentro dos estudos decoloniais. O sistema moderno/colonial de gênero, denunciado por Lugones (2008), ignora as experiências específicas de mulheres negras, latinas e indígenas, cujas opressões podem derivar de sua sexualidade, posição social, nacionalidade e outras condições. Para a autora, teorias generalizantes não representam adequadamente as necessidades dessas mulheres, funcionando, ao contrário, como instrumentos de dominação e perpetuação da colonialidade.



Segundo Lugones (2014), existe um sistema moderno e colonial eurocêntrico de gênero que desconsidera a intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade. Nele, estabelece-se uma distinção hierárquica dicotômica entre aqueles considerados humanos e aqueles que não o são. Dentro dessa lógica, os que habitam a “zona do humano”, ou “zona do ser”, na expressão de Fanon (2008), correspondem ao homem cisgênero branco, entendido como civilizado, racional, inteligente, heterossexual, cristão e detentor do poder de decisão. Já a mulher cisgênero branca é concebida como complemento do homem branco, cumprindo funções reprodutivas, mantendo a pureza sexual, a passividade e estando restrita ao espaço doméstico e aos cuidados com homens e crianças.

Em contrapartida, os considerados “não humanos” incluem sujeitos subalternizados, racializados, não civilizados, especialmente negros/as e indígenas. E quanto às mulheres de cor ou mulheres racializadas? Não seriam elas, de fato, mulheres colonizadas? Lugones (2014, p. 939) problematiza semanticamente a expressão “mulher colonizada”, considerando-a uma categoria vazia de sentido, pois, na lógica colonial, “[...] nenhuma mulher colonizada é mulher”. Esse vazio reflete a contínua negação da humanidade das mulheres negras, que sofrem diariamente a desvalorização de sua condição de sujeito pleno.

O apagamento simbólico que marca a existência das mulheres subalternizadas impulsionou a formulação de reflexões críticas elaboradas, inicialmente, por feministas negras nos Estados Unidos. Essas intelectuais denunciaram a insuficiência dos feminismos tradicionais, que não abarcavam suas vivências, e passaram a questionar a noção universal de “mulher”, evidenciando que tal categoria não contemplava as distintas camadas de



opressão experimentadas por mulheres racializadas, pobres e historicamente marginalizadas.

No âmbito dessas críticas ao feminismo dominante, a jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw (2002) sistematizou, nos anos 1990, o conceito de interseccionalidade, articulando-o a uma perspectiva voltada para a justiça social. Contudo, é fundamental reconhecer que a análise das opressões entrelaçadas por raça, classe, gênero e sexualidade, já integrava as lutas e produções intelectuais de mulheres negras muito antes da consolidação do termo. No contexto brasileiro, a circulação e apropriação desse debate deram-se de maneira mais tardia, conforme aponta Figueiredo (2020). Como destacam Silva e Ferrari (2021, p. 116-117)

[...] a interseccionalidade é uma crítica ao uso homogêneo e monolítico da categoria 'mulher', sendo também uma espécie de refinamento de um conjunto de variáveis que afetam significativamente a identidade de gênero, como pensamento de classe, etnia e orientação sexual.

Ao problematizar essa visão monolítica, os autores destacam que as identidades de gênero são atravessadas por múltiplos marcadores sociais, como raça, classe e sexualidade. Nessa perspectiva, a interseccionalidade constitui uma ferramenta analítica que permite compreender como diferentes formas de desigualdade e opressão se articulam na produção de experiências distintas entre as mulheres. Diferentemente do feminismo decolonial, cuja crítica se volta à matriz moderno-colonial de poder e às bases eurocêntricas que sustentam essas hierarquias, a interseccionalidade concentra-se na análise dos entrecruzamentos entre os diversos eixos de dominação que estruturam a vida social.

Com o objetivo de explicar como se articulam as categorias de raça, classe, gênero e sexualidade, Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177) define a interseccionalidade como:



A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Desse modo, torna-se indispensável compreender as opressões de forma articulada e interseccional. No entanto, impõe-se a questão: como enfrentar sistemas tão profundamente enraizados? Inicialmente, é fundamental reconhecer a radicalidade das propostas decoloniais e entender que uma transformação efetiva exige, antes de tudo, romper com a lógica de dominação colonial sustentada pela colonialidade do poder, a qual se reinventa continuamente no contexto do capitalismo global. Para isso, faz-se necessária a construção de uma racionalidade insurgente e de uma práxis política concreta, como vêm propondo as abordagens decoloniais.

Lugones (2014) apresenta uma perspectiva teórica de resistência voltada à descolonização do gênero a partir da diferença colonial. Segundo a autora, “[...] em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hegemônico nos torna” (Lugones, 2014, p. 939). Nesse horizonte, tanto as feministas decoloniais quanto, em nosso entendimento, o feminismo negro no Brasil, vêm historicamente enfrentando a opressão epistêmica, seja no espaço acadêmico, seja por meio das lutas sociais. Trata-se de uma insurgência construída a partir do ponto de vista das mulheres negras e orientada por um projeto essencialmente coletivo.

Espinosa-Miñoso (2014, p. 7) afirma que o feminismo decolonial constitui, antes de tudo, uma aposta epistemológica:



É um movimento em pleno crescimento e maturação. Isso é proclamado revisionista da teoria e a proposta política do feminismo, dado o que considera seu viés Ocidental, branco e burguês. [...] Feminismo decolonial elabora uma genealogia do pensamento produzido a partir das margens feministas, mulheres, lésbicas e pessoas racializada em geral; e diálogo com o conhecimento gerado por intelectuais e ativistas comprometidas com o desmantelamento da matriz de opressão múltipla assumindo um ponto de vista não eurocêntrico.

Os estudos de Lugones (2014) e Espinosa-Miñoso (2014) evidenciam como os sistemas de opressão engendrados pela Modernidade/Colonialidade produzem e mantêm condições de subalternização impostas aos corpos, às corporeidades e às expressões múltiplas das mulheres não brancas. Este estudo, em particular, destaca como tais sistemas operam como estruturas racializadas, cis-heteronormativas, patriarcais e classistas, que limitam as possibilidades de existência das mulheres negras e indígenas, restringindo sua mobilidade e suas formas de ser e estar no mundo, em razão das opressões entrecruzadas vivenciadas cotidianamente.

A modernidade/colonialidade também institui, para as mulheres negras, formas subjetivas específicas de dominação colonial. Diante disso, torna-se urgente a formulação de epistemologias críticas de resistência como caminhos de enfrentamento. As proposições do feminismo decolonial afirmam-se, assim, como projetos políticos e teóricos orientados à superação dessas estruturas de dominação.

FEMINISMO NEGRO BRASILEIRO: IDENTIDADE, RESISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO

Até os anos 1980, o feminismo no Brasil articulava-se principalmente em torno das lutas populares, do enfrentamento à dominação masculina, da reivindicação por igualdade jurídica e social entre homens e mulheres e da



defesa da redemocratização do país (CARNEIRO, 2003). Neste tópico, o enfoque recai especialmente sobre a atuação das mulheres negras nesse percurso histórico e político.

Conforme aponta Lélia Gonzalez (2020), desde a década de 1970 as mulheres negras já se organizavam no interior dos movimentos negros brasileiros. Atuando tanto em espaços autônomos quanto em instituições formalizadas, sua militância se fez presente nos movimentos feministas, no movimento negro e em organizações político-partidárias. Ao final dos anos 1980 e ao longo da década seguinte, intensificaram-se, no Brasil, as críticas ao suposto universalismo do feminismo, que passou a ser questionado por se apresentar como um projeto conduzido majoritariamente por mulheres brancas, escolarizadas e pertencentes às camadas médias e altas da sociedade. Essas inflexões foram resultado direto das disputas e tensionamentos no interior do próprio movimento.

Em 1988, no Rio de Janeiro, a realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras evidenciou a centralidade da atuação das mulheres negras no projeto de transformação social, ampliando as pautas políticas ao articulá-las com as experiências concretas vividas no Brasil (GONZALEZ, 2020). A partir desse marco, intensifica-se o enfrentamento à ideia de uma categoria universal de “mulher” e consolida-se uma perspectiva que, mesmo ainda não nomeada como tal, já operava nos termos da interseccionalidade, ao tensionar estruturas hegemônicas e denunciar o apagamento das dimensões de raça e classe no interior do movimento feminista.

Moreira (2007) argumenta que os feminismos negros e a atuação das feministas negras são construídos a partir do questionamento de uma identidade homogênea e da afirmação das diferenças também entre as próprias mulheres negras. Nesse processo, ampliam-se as compreensões



acerca do que significa ser e constituir-se como feminista negra, promovendo uma dupla ruptura: tanto com a universalização das experiências femininas quanto com a essencialização das identidades. Sueli Carneiro (2003, p. 118), nos ensina que:

[...] o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas

de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade. As denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão que não somente o sexismo, vêm exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo. E o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil.

Nesse cenário, o silenciamento de outras formas de opressão, para além da desigualdade de gênero, tornou-se insustentável, impondo a necessidade de reconfigurar tanto o discurso quanto as práticas políticas do feminismo, incorporando, de maneira crítica, as dimensões de classe e raça/etnia.

Desse modo, no interior do feminismo hegemônico, as diferenças concretas relacionadas à posição social e racial das mulheres eram frequentemente invisibilizadas. A opressão era compreendida quase exclusivamente a partir do gênero, o que levou à negligência das lutas específicas produzidas por essas desigualdades estruturais.

A partir de 1985, com o aumento da presença das mulheres negras em seminários, encontros e espaços de debate, consolida-se uma inflexão no campo feminista, uma vez que suas demandas passam a ocupar maior visibilidade e centralidade nas lutas políticas organizadas (MOREIRA, 2007).



Conforme argumenta Angela Davis (2016), enquanto muitas feministas brancas reivindicavam maior autonomia e inserção no mercado de trabalho, as mulheres negras já estavam historicamente incorporadas ao trabalho produtivo em condições marcadas pela exploração racial e de classe. Nesse contexto, suas lutas estavam voltadas não apenas para a igualdade de gênero, mas também para a garantia de condições materiais de sobrevivência, reconhecimento social e dignidade humana.

No contexto brasileiro, Djamila Ribeiro (2017), em *O que é lugar de fala?*, problematiza a forma como as mulheres historicamente não são concebidas a partir de si mesmas, mas a partir da perspectiva masculina. Esse argumento dialoga com a análise clássica de Simone de Beauvoir (1970), para quem a mulher é situada como o “Outro”, uma vez que não há reciprocidade na relação estabelecida pelo olhar masculino. Grada Kilomba (2019), por sua vez, aprofunda essa reflexão ao afirmar que a mulher negra ocupa o lugar do “Outro do Outro”, condição que a coloca em uma posição ainda mais radical de negação da reciprocidade e do reconhecimento social.

Para Kilomba (2019), embora as mulheres brancas vivenciem a opressão de gênero, elas são beneficiadas pelo pertencimento racial; do mesmo modo, embora os homens negros sofram os efeitos do racismo, ainda ocupam privilégios associados ao gênero masculino. As mulheres negras, por estarem situadas fora dessas duas posições de poder, acabam sendo lançadas ao lugar mais profundo da alteridade, operando como o “Outro do Outro”. Nesse processo, mulheres brancas e homens negros transitam em um status social ambíguo, enquanto as mulheres negras carregam de forma mais intensa a marca da invisibilidade, sendo continuamente obrigadas a afirmar sua existência e humanidade para além do espaço subalterno que lhes é socialmente atribuído.



Patrícia Hill Collins (2016, p. 106) enfatiza a importância de que mulheres negras construam processos de autodefinição e autoavaliação como estratégias políticas de enfrentamento ao lugar historicamente imposto do “Outro”:

A insistência de mulheres negras autodefinirem-se, autoavaliarem-se e a necessidade de uma análise centrada na mulher negra é significativa por duas razões: em primeiro lugar, definir e valorizar a consciência do próprio ponto de vista autodefinido frente a imagens que promovem uma autodefinição sob a forma de ‘outro’ objetificado é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação. O status de ser o ‘outro’ implica ser o outro em relação a algo ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco. Nesse modelo, homens brancos poderosos definem-se como sujeitos, os verdadeiros atores, e classificam as pessoas de cor e as mulheres em termos de sua posição em relação a esse eixo branco masculino. Como foi negada às mulheres negras a autoridade de desafiar essas definições, esse modelo consiste de imagens que definem as mulheres negras como um outro negativo, a antítese virtual da imagem positiva dos homens brancos.

Em diálogo com essas autoras, Moreira (2007, p. 72), a partir de sua condição de mulher negra produtora de conhecimento, defende

Somente nós mesmas podemos nos definir. Somos as fontes mais legítimas de saber sobre nossa própria existência; por isso, reivindicamos que pesquisas que nos tomem como objeto de estudo tenham, necessariamente, o ponto de vista das mulheres negras como eixo central.

Dessa forma, torna-se imprescindível a elaboração de outras epistemologias, bem como a valorização de saberes historicamente desqualificados, com o objetivo de desestabilizar verdades instituídas. Nessa perspectiva, os conhecimentos considerados hegemônicos passam a ser questionados, ao mesmo tempo em que novos referenciais são produzidos no interior dos feminismos negros. É justamente essa práxis crítica e decolonial que confere às lutas e articulações das mulheres negras o estatuto de categoria epistemológico-política.



A noção de hegemonia epistemológica da modernidade europeia expressa-se no que se reconhece como racismo epistêmico ou, conforme analisa Grosfoguel (2007, p. 32), no modo como a “[...] epistemologia eurocêntrica ocidental dominante não reconhece outras epistemologias como espaços legítimos de produção de conhecimento crítico ou científico”. Essa lógica hierarquizante estabelece quais saberes são social e academicamente validados, conferindo maior prestígio ao conhecimento associado ao modelo científico racionalista legitimado pela branquitude. Contudo, é fundamental afirmar que, embora ainda dominante, esse paradigma não é absoluto, imutável ou incontestável. Múltiplas corporeidades, experiências e formas de conhecimento insurgem para confrontá-lo, promovendo a reconstrução das relações de poder, dos modos de produção do saber e das formas de constituição do ser.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo destacar a atuação das mulheres negras na construção de epistemologias outras produzidas a partir das margens sociais e históricas, buscando compreender como o feminismo negro pode ser concebido como um projeto político e epistemológico capaz de promover transformações sociais a partir dos saberes produzidos por mulheres negras no contexto brasileiro? A partir desse propósito, o percurso teórico desenvolvido permitiu evidenciar que as desigualdades que atravessam a experiência das mulheres negras não podem ser compreendidas sem considerar as estruturas históricas da Modernidade/Colonialidade.

Inicialmente, a discussão sobre a colonialidade do poder, do saber e do ser evidenciou que a modernidade europeia se constituiu simultaneamente



como projeto civilizatório e como sistema de dominação, sustentado pela classificação racial da população mundial e pela imposição de uma hierarquia epistêmica que desqualificou os conhecimentos produzidos por povos africanos, indígenas e outros grupos subalternizados. Nesse contexto, o racismo epistêmico e o epistemicídio operaram como mecanismos fundamentais de manutenção dessas estruturas, invisibilizando saberes e experiências que não se enquadravam nos parâmetros do pensamento eurocêntrico.

Ao incorporar a crítica de María Lugones (2008) ao sistema moderno/colonial de gênero, o artigo demonstrou que a colonialidade também reorganizou profundamente as relações de gênero, produzindo hierarquias que articulam raça, classe, gênero e sexualidade. Essa perspectiva evidenciou a insuficiência de análises universalizantes sobre a condição feminina e reforçou a importância da interseccionalidade como ferramenta analítica capaz de compreender as múltiplas formas de opressão que atravessam a vida das mulheres racializadas. Nesse sentido, os feminismos decoloniais e negros emergem como propostas teóricas e políticas comprometidas com a desestabilização das estruturas coloniais que ainda organizam as relações sociais contemporâneas.

No caso brasileiro, a trajetória histórica do feminismo negro revela a centralidade da atuação das mulheres negras na denúncia das limitações do feminismo hegemônico e na construção de agendas políticas que articulam raça, gênero e classe. Intelectuais e ativistas como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Nilma Lino Gomes, entre outras pensadoras, contribuíram para a formulação de um pensamento crítico que não apenas questiona as bases eurocêntricas da produção do conhecimento, mas também afirma o lugar das



mulheres negras como sujeitas produtoras de saberes, experiências e estratégias de resistência.

Dessa forma, as reflexões desenvolvidas ao longo do texto indicam que o feminismo negro brasileiro ultrapassa a dimensão de um movimento identitário, constituindo-se como um projeto político e epistemológico de transformação social. Ao reivindicar a legitimidade dos conhecimentos produzidos por mulheres negras e ao afirmar a centralidade de suas experiências na produção de teoria e prática política, o feminismo negro contribui para a construção de outras formas de pensar, conhecer e existir no mundo.

Mais do que incorporar pressupostos da crítica decolonial latino-americana, o feminismo negro brasileiro amplia esse campo ao evidenciar que as marcas da colonialidade se expressam de maneira indissociável nas experiências de raça, gênero e classe vividas pelas mulheres negras. Ao partir das trajetórias, memórias, práticas de resistência e produções intelectuais dessas mulheres, esse campo tensiona perspectivas decoloniais que, por vezes, não conferem centralidade suficiente às relações de gênero ou às especificidades da diáspora negra, contribuindo para uma compreensão mais situada e complexa dos processos de dominação e resistência.

Assim, conclui-se que a produção intelectual e política das mulheres negras representa uma importante ruptura com a lógica colonial que historicamente definiu quem pode falar, conhecer e produzir ciência. Ao elaborar epistemologias insurgentes a partir das margens, essas mulheres não apenas denunciam as estruturas de dominação que sustentam a Modernidade/Colonialidade, mas também apontam caminhos para a construção de horizontes mais plurais, justos e radicalmente democráticos.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural*. Belo Horizonte: Letramento, 2018. (Coleção Feminismos Plurais).

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n11/04.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2025.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. 4. Ed. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 25–58.

CANDAU, Vera Maria Ferrã. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p.15-40, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/TXxbbM6FwLJyh9G9tqvQp4v/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2025.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2025.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. 339f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 nov. 2025.



CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 nov. 2025.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. *El Cotidiano*, Azcapotzalco, v. 1, n. 184, p. 7-12, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/325/32530724004.pdf>. Acesso em: 19 out. 2025.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora (MG): Editora da UFJF, 2005.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Editora EDUFBA, 2008.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0102, 2020. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102>. Acesso em: 20 nov. 2025.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-latino-americano*. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSFÓGUEL, Ramón. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias decoloniais. *Ciência e cultura*, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 32-35, 2007. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000200015. Acesso em: 12 out. 2025.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios do racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.



LANDER, Edgardo (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: Clacso, 2000.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: Lander, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Clacso, 2005. (Perspectivas latino-americanas).

LUGONES, María. Colonialidad y Género. *Tabula Rasa*, [S. l.], n. 9, p. 73-101, 2008. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892008000200006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 nov. 2025.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqnzb/?lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2025.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOGUEL, Ramón (ed.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOGUEL, Ramón (Org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

MIGNOLO, Walter. A geopolítica do conhecimento e a diferença colonial. *Revista Lusófona de Educação*, [S. l.], v. 48, n. 48, p. 187-224, 2020. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7324>. Acesso em: 07 nov. 2025.

MOREIRA, Nubia Regina. *O feminismo negro brasileiro: um estudo dos movimentos de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo*. 2007. 120f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.



QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Clacso, 2005. (Perspectivas latino-americanas).

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Coleção Feminismos Plurais).

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Kelly da; FERRARI, Anderson. Educação antirracista é possível? Trajetória de professoras negras cotistas. *Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 13, Ed. Especial, 30 de outubro de 2021, p. 112–137. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1307>. Acesso em: 08 fev. 2026.

Recebido em: 18/03/2026

Aprovado em: 08/06/2026